

O cotidiano sob a ditadura civil-militar: o espaço de interação entre a militância clandestina e os habitantes do subúrbio

The everyday life under the civil-military dictatorship: the space of interaction between the clandestine militancy and the residents of the suburb

La vida cotidiana durante la dictadura militar civil: el espacio de interacción entre la militancia ilegal y residentes suburbanos

Keila Auxiliadora Carvalho*

RESENHA DE:

ACSELRAD, Henri. *Sinais de fumaça na cidade: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

O economista Henri Acselrad é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A obra *Sinais de fumaça na cidade: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil*, publicada em 2015 é um convite à reflexão sobre a relação entre os militantes clandestinos, o espaço urbano e seus habitantes durante a ditadura civil militar, inaugurada a partir do golpe de 1964. Assim, embora seja produzida sob a lógica de uma sociologia urbana, procurando analisar a interação entre militantes clandestinos e pessoas comuns em determinados espaços do Rio de Janeiro – os subúrbios –,

a obra traz elementos interessantes para pensar uma história do cotidiano sob a ditadura. Não pela análise historiográfica propriamente, dado que não é o ponto de partida do autor, mas principalmente pela empiria materializada nas fontes orais, cuja riqueza pode ser constatada na leitura dos depoimentos citados ao longo do texto.

O autor explica que os depoimentos orais foram realizados entre 2008 e 2011, no âmbito de um projeto de pesquisa – intitulado “Clandestinidade e Cidade”. Segundo Acselrad, foram entrevistados cinquenta ex-militantes de organizações clandestinas, cuja maioria atuou na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de

* Professora Adjunta de História do Brasil Republicano na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

1969 e 1973. Esse conjunto de depoimentos serviu de referência para as análises que o autor empreende acerca da inserção desses atores no espaço cotidiano da cidade.

O título da obra “sinais de fumaça” faz alusão à prática corrente dos clandestinos que precisavam, por razões de segurança, queimar papéis contendo anotações e ideias, nessa perspectiva, a ação política perdeu seu lugar e espaço, graças ao arbítrio do Estado ditatorial, passando a se realizar pelas margens e, mesmo assim, através de vestígios espalhados “pelo ar”. Portanto, é sobre esses “sinais de fumaça” que trata a análise de Acselrad, sobretudo, da interação entre a militância que produzia tais sinais e os espaços restritos aonde se viram obrigados a atuar.

O livro é dividido em cinco capítulos que, embora escritos em momentos diferentes, estabelecem diálogo entre si. Nos quatro primeiros traça uma sociologia histórica da militância clandestina com a cidade do Rio de Janeiro na década de 1960, e no último apresenta uma reflexão sobre o lugar da política no Brasil contemporâneo, destacando continuidades e rupturas no processo de construção de uma esfera pública no país. Para isso, toma como marco final de sua análise o ano de 2013, particularmente os movimentos de junho do referido ano.

O argumento central da obra é de que após o golpe civil-militar de 1964, os militantes foram “empurrados” para o subúrbio carioca e, nele, tiveram esforço dobrado para se manterem ocultos, pois, precisaram se misturar à malha suburbana, marcada por uma cultura característica; expressa na fala, nos trejeitos, na forma de se relacionar com os outros e, sobretudo, na diferença socioeconômica. Os militantes clandestinos eram, em sua maioria, jovens oriundos das classes médias e altas da Zona Sul carioca, com nível de escolaridade superior ao da média geral dos habitantes dos subúrbios.

O profundo distanciamento entre os dois mundos – dos militantes da Zona Sul e das pessoas do subúrbio – não estava circunscrito ao espaço geográfico que os separava, mas também, às experiências daqueles sujeitos. Foi na tensão do encontro entre esses dois mundos que o espaço da política foi construído durante a ditadura civil-militar, e para o autor interessa entender “como isso foi possível” e “de que formas”. Análise difícil, dado a complexidade de acessar esse universo, mas que Acselrad procura alcançar através da utilização de conceitos importantes, destacadamente, o de cotidiano. O autor esclarece que em linhas gerais o cotidiano é compreendido como um conjunto de

práticas que as pessoas experimentam na dimensão privada de suas existências, por isso mesmo, tende a ser considerado apartado das transformações históricas, bem como das estruturas econômicas e políticas. Não obstante, alerta o autor, “não é possível traçar rigorosamente uma linha divisória entre o comportamento cotidiano e o não cotidiano” (ACSELRAD, 2015, p. 16). A dificuldade em fazer tal distinção incide no fato de os comportamentos estarem sempre vinculados a determinadas circunstâncias sociais, desse modo, é perfeitamente possível que “em momentos de efervescência social, a dimensão privada da vida tenda a retrair-se, fazendo com que a existência social torne-se cada vez mais pública, podendo, inclusive, levar a que o próprio cotidiano abra-se para história” (ACSELRAD, 2015, p. 16). No entanto, no caso do Brasil da década de 1960, principalmente no período que precedeu o AI-5, a efervescência pública ao contrário de penetrar no cotidiano, se esvaiu, e foi se alojar no subterrâneo da vida social, em espaços semipúblicos e privados, e para Acselrad a grande questão é: como explicar isto? Em busca de resposta a essa indagação o autor desenvolve as reflexões de cada um dos capítulos de sua obra.

Assim, no primeiro capítulo “*Entre a lua e rua: uma topologia social da clandestinidade política na cidade do Rio de Janeiro*”, o autor analisa os depoimentos de ex-militantes, partindo da premissa de que quando se viram “angustiados com os sinais de seu isolamento, ativistas da luta clandestina de diferentes grupos, coincidentemente, subiram ao ponto mais alto da cidade, como se buscassem uma perspectiva mais ampla, uma “visão” mais elucidativa do espaço social sobre o qual atuavam” (ACSELRAD, 2015, p. 33). Seu foco no capítulo é analisar esse processo de deslocamento para os subúrbios, ou como ele chama essa “topologia das distâncias e altitudes”, que não se constitui apenas das distâncias políticas, “mas das distâncias sociais e culturais que também estiveram presentes na experiência da luta clandestina no Brasil e que estão dialeticamente ligadas aos impasses daquela luta política” (ACSELRAD, 2015, p. 33). Na explicação de Acselrad, ao empreender esse tipo de reflexão, ele pretende abster-se de considerar como ponto de partida o desfecho do processo – a destruição das organizações políticas de esquerda entre 1969 e 1973 –, para acessar elementos que constituem a experiência daquela luta efetivamente. Faz isso, a partir da análise de trechos de depoimentos nos quais os ex-militantes relatam situações que revelam a reação dos habitantes dos subúrbios diante deles.

Em “*O morador, o transeunte e o terrorista: a cidade e as ações armadas contra a ditadura na narrativa dramática da imprensa no Rio de Janeiro*”, segundo capítulo da obra, o autor faz uma análise das notícias publicadas nos jornais *O Dia* e *Jornal do Brasil* sobre as ações armadas entre os anos de 1969 e 1972. O foco foi principalmente as matérias que procuravam reproduzir as falas dos transeuntes e testemunhas das ações armadas. Nesse sentido, AcseLRad observa que havia uma preocupação dos agentes da repressão política por controlar a impressão da população, com o claro objetivo de isolar os opositores do regime, e nessa empreitada contaram com o apoio da grande imprensa. Havia um cuidado constante de distinguir os delitos políticos dos delitos comuns, bem como de descrever os militantes e seus grupos “como personagens organizados, jovens, bonitos, elegantes, “endinheirados”, ousadamente perigosos, escolarizados, internacionalmente bem relacionados”, principalmente com Cuba e União Soviética (ACSELRAD, 2015, p. 86). Com isso, criava-se a distinção entre o “bandido comum” e os militantes, estes últimos como criaturas frias e altamente racionalizadas que teriam a violência como valor, um “externo” à cidade, que apenas dela se utilizaria para a consecução de seus objetivos” (ACSELRAD, 2015, p. 86). Não obstante essa imagem construída sobre o militante, o autor constata que havia entre os transeuntes e testemunhas das ações uma resistência recorrente em colaborar com os policiais, em sua perspectiva é possível que essa negativa estivesse associada ao agravamento do clima de repressão durante o período ditatorial, sobretudo após a edição do AI-5.

No terceiro capítulo “*No contratempo da cidade: a inscrição urbana da clandestinidade política*”, AcseLRad analisa como a organização da cidade, destacadamente, dos subúrbios foi alvo dos reformadores sociais do regime. Nesse sentido, a criação do Banco Nacional de Habitação (BHN), em 1964, expressava uma tentativa de neutralizar as forças de oposição. Porém, à medida que a repressão aumentava, o caráter social da questão habitacional foi dando lugar aos interesses econômicos de grupos privilegiados, como os donos de empreiteiras. Mas, embora a reforma social não tenha cumprido o papel inicial de minorar possíveis oposições, havia um silenciamento em relação ao regime. Para o autor, no espaço da cidade “o silêncio significa um muro para a linguagem, ausência de comunicação, sinal de distâncias que não podem ser ultrapassadas” e, dessa forma, o não dito pode suscitar interpretações a respeito do próprio ambiente em que

ele se instaura (ACSELRAD, 2015, p. 86). No caso da militância, o autor explica que foi criada – nos interstícios entre o público e o privado – uma espécie de “espaço semipúblico”, onde estava circunscrito o comportamento militante e, conseqüentemente, sua ação política. Era no cruzamento entre esses dois espaços que se podia vislumbrar também alguma capacidade de crítica por parte dos habitantes dos subúrbios, cujas interações, muitas vezes “silenciosas”, com os militantes clandestinos se davam a partir iniciativas sutis, tais como crianças levando avisos sobre a chegada da polícia, ou porteiros anotando placas de carros da repressão para ajudar as famílias a localizar seus entes presos.

“*Encenação e autenticidade: paradoxos da militância clandestina*” é o quarto capítulo. Nele o autor apresenta uma discussão sociológica sobre a experiência da militância, já que analisa de que modo os militantes clandestinos tiveram que assumir múltiplos personagens para adentrar a “cena teatral” da cidade. A cidade como cenário é a metáfora que AcseLRad utiliza para explicar como ela se firmou como “espaço de existência da vida social no qual várias seriam as maneiras de se fazer conhecer pelos outros” (ACSELRAD, 2015, p. 168). Ao adotarem novas identidades fictícias os militantes tinham que reinventar as próprias vidas, recorrendo a uma “teatralização de sua existência cotidiana”, para isso, procuravam construir um enredo suficientemente convincente, capaz de neutralizar o estranhamento que sua presença pudesse causar. Nesse processo de “invenção dramática” que se dava a ação política, “é através desta que a disposição a ouvir influencia o desempenho de um locutor, assim como toda modificação da postura de quem ouve modifica o empenho de quem fala e a densidade do que este fala” (ACSELRAD, 2015, p. 183). A lógica política, dessa ótica, responderia a uma dimensão dupla, “de uma discussão argumentada e de um evento dramático que produz a discussão” (ACSELRAD, 2015, p. 183). Não obstante, observa o autor, no caso das falas entre os militantes clandestinos e os moradores dos subúrbios faltava o espaço público – onde a encenação política se faria visível –, pois a repressão o havia destruído, tornando-o o lugar da violência e do silenciamento, por isso, foi na cena clandestina que se refugiou o poder transformador da palavra e a dimensão literária e política.

O quinto e último capítulo da obra, “*Considerações sobre o lugar e as possibilidades da política*” traz uma reflexão interessante sobre o lugar da política na sociedade brasileira, traçando uma análise desde os

anos 1960 até os movimentos de junho de 2013. O autor explica como a sociedade, assim como as organizações de esquerda, encontravam-se restringidas pelo aparato repressivo do regime ditatorial, pois, “a censura à imprensa e o empobrecimento do debate público geravam uma espécie de manto de obscuridade sobre o real” (ACSELRAD, 2015, p. 190). Com isso, foi sendo internalizado um silenciamento da vida política, que dificultou a possibilidade de criar projetos coletivos capazes de favorecer a construção de novos modos de ver as condições de dominação, ou estimular um questionamento mais aguçado sobre o caráter arbitrário das relações políticas e sociais. Acselrad avança a análise e observa como após cinquenta anos do golpe de 1964 retomou-se a discussão sobre seu “legado” institucional: “a violência de Estado, a militarização das polícias; a impunidade dos torturadores; uma lei da Anistia pela qual responsáveis pela ditadura perdoaram a si próprios e a seus esbirros; as evidências de que grandes interesses econômicos lucraram com o golpe” (ACSELRAD, 2015, p. 200). Do ponto de vista da esfera pública, enquanto *lócus* de atuação dos sujeitos políticos, o autor aponta para um processo crescente de desqualificação da política após a década de 1990, visando justificar a ampliação da esfera não política, que valoriza a figura dos indivíduos “empresários de si mesmos”. Esse processo de despolitização é caracterizado por ele como uma “antipolítica de mercado”, que leva a uma retirada de certas questões do campo político, além de instalar um pragmatismo no campo institucional que, em nome da governabilidade, favorece a privatização do Estado. Acselrad finaliza sua argumentação apontando para a possibilidade de que os movimentos de junho de 2013 pudessem representar uma ruptura nesse processo, “recusando a instalação do cinismo em forma de racionalização

das interações sociais e políticas” (ACSELRAD, 2015, p. 213). Entretanto, sua hipótese não se confirmou, já que o esvaziamento do espaço público e a privatização do Estado mostram-se cada vez mais latentes.

Em suma, a obra oferece ao leitor uma análise com um variado referencial teórico, que subsidia as reflexões do autor sobre o espaço urbano e as interações sociais estabelecidas entre militantes clandestinos e habitantes dos subúrbios cariocas. Destacam-se conceitos como cotidiano, política, esfera pública, experiência, entre outros. Além disso, Acselrad conta com um rico material para análise, que envolve jornais e, principalmente, um conjunto significativo de entrevistas: são cinquenta depoimentos de vinte e três homens e vinte sete mulheres integrantes de onze organizações diferentes, nove delas envolvidas em ações armadas. Os trechos citados na obra são expressivos e aguçam o interesse de pesquisadores, sobretudo aqueles que se dedicam ao trabalho com história oral, pois revelam elementos importantes para entender o cotidiano sob a ditadura. No entanto, nem sempre tais detalhes são explorados em profundidade, talvez em razão dos objetivos propostos por Acselrad. Mas, sem dúvida, é uma obra que vale a leitura, principalmente, pela originalidade no tratamento do tema da militância política durante a ditadura civil-militar no Brasil, entre 1969 e 1973.

Referência

ACSELRAD, Henri. *Sinais de Fumaça na Cidade: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

Recebido: 28 de setembro de 2016
Aprovado: 08 de novembro de 2016

Autor/Author:

KEILA AUXILIADORA CARVALHO keilaacarvalho@gmail.com

• Professora Adjunta de História do Brasil Republicano na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
◦ Adjunct Professor of Brazil Republic's History at the Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). PhD in Social History by the Universidade Federal Fluminense (UFF).